III CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA
Práticas e Processos da Mudança Social
Associação Portuguesa de Sociologia (1996)
CELTA EDITORA

A PRÁTICA DA INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO NA AVALIAÇÃO PROCESSUAL DE PROJECTOS INTEGRADOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL

Instrumentos, Procedimentos e Resultados[1]

João Emílio Alves

Introdução: enquadramento teórico-conceptual

A pesquisa subjacente a esta comunicação enquadra-se numa vertente da sociologia interessada na concepção e desenvolvimento de metodologias de análise e de instrumentos de recolha de informação dirigidos para a operacionalização de saberes e sua consequente intervenção, de maneira sociologicamente informada, nos processos sociais de mudança .[2]
Por processos sociais entendemos a combinação entre actores e suas dinâmicas, em contextos específicos, onde se afigura possível a detecção de convergências e divergências relacionais, capacidades diferenciadas de mobilização de estratégias e recursos, posicionamentos e acções dos diferentes protagonistas sociais implicados, outras relações intrínsecas às situações em que se envolvam, que podem assumir o carácter de conflitualidade ou de colaboração, de concorrência ou de cooperação, de competição ou aliança, de activismo ou passividade, de envolvimento ou indiferença, entre outras; tudo isto em função de objectivos, expectativas, dinâmicas e estratégias de actuação concretas, nem sempre necessariamente coincidentes, e percepções construídas, no decurso desses processos, pelos actores sociais envolvidos.[3]
Considerando os processos de reabilitação urbana, enquanto processos de desenvolvimento social local, as suas lógicas e modelos de intervenção urbana encerram muitas das dinâmicas e estratégias de actuação, por parte dos actores sociais que neles intervêm, muito próximas das que atrás identificámos. Mais do que simples intervenções na estrutura física e arquitectónica de edifícios com inestimável valor patrimonial, a actuação da reabilitação urbana tem vindo a contemplar um conjunto de outras dimensões. Para além da físico-construtiva, acrescente-se a dimensão social (importância na manutenção de tecidos sociais vivos e caracterizados por redes e dinâmicas sociorrelacionais muito específicas); a dimensão relacional (envolvendo vários actores sociais, incluindo técnicos de várias formações disciplinares, redes de partenariado locais e políticos municipais e locais); a dimensão económica (procura de recursos endógenos e exógenos a potenciar nas áreas de intervenção); e finalmente, a dimensão cultural (nomeadamente, a aposta numa reabilitação urbana e desenvolvimento social local assente nos valores culturais específicos e existentes nas mesmas áreas sob intervenção).
Além das referências teóricas baseadas nas dinâmicas de actores e do enquadramento temático substantivado no tema da reabilitação urbana como desenvolvimento social local, os objectivos desta pesquisa são ainda atravessados por outras referências teóricas apoiadas no conceito de reflexividade social.
Considerada por Anthony Giddens como “uma característica da vida social moderna” (1992, 29-30), a reflexividade social, para este autor, está presente nas práticas sociais dos agentes ou actores sociais, sendo constantemente examinadas e reformuladas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando, desse modo, construtivamente, o seu carácter. Pierre Bourdieu, por seu turno, descrevendo-nos o conceito numa perspectiva mais cognitiva, entende que a reflexividade social constitui a forma a partir da qual é possível reconhecer o que está em jogo nos debates entre actores sociais, nas estratégias por eles accionadas e nas suas relações de força objectivas.
A intenção reflexiva — escreve — “é rotineiramente atravessada pelo objecto que ela quer conhecer” (1989, 35). Finalmente, a perspectiva de Alain Touraine, mais próxima do objecto

de estudo desta investigação, vem acrescentar que a reflexividade social procura, não tanto buscar soluções nem acordos entre os actores sociais adversários, mas antes informá-los acerca da situação da sua acção, ajudar a elevar ao máximo a acção possível, compreender a sua evolução e problemas internos. Para tal, e segundo o mesmo autor, a reflexividade deve ser imprimida nos próprios grupos de trabalho que o investigador acompanha de forma próxima e permanente (1978, 232).
Estas três contribuições conceptuais, aliadas aos outros planos teóricos que atrás descrevemos (processos sociais enquanto dinâmicas de actores e reabilitação urbana como desenvolvimento integrado social local), revelam-se pertinentes na medida em que ajudam a fundamentar o objectivo central da pesquisa.
Com efeito, sendo o objectivo primeiro desta investigação fornecer um contributo de ordem metodológica para uma prática sociológica interveniente, reflexiva e contínua, com base num esforço de operacionalização de saberes que a possa credibilizar enquanto conjunto de instrumentos objectivos (quantitativos e qualitativos), aplicáveis ao acompanhamento do processo aqui em estudo, a reflexividade social encontra-se presente nas práticas de investigação-acção, sempre que se pretenda chegar à produção de conhecimentos, tanto no plano teórico-cognitivo, como no plano prático-interventivo, como é por exemplo o caso das metodologias empregues para avaliação de projectos.

Inestigação-acção e avaliação processual

Atendendo a que o objecto em estudo desta pesquisa consistiu no acompanhamento, observação, descrição e análise de um processo social de mudança, mediante a sua monitorização desde o seu início e integrando um conjunto de perspectivas teóricas, a metodologia da investigação-acção surgiu como a mais adequada aos fins pretendidos.
Três tipos de objectivos se perfilham nesta metodologia: “objectivos de investigação”, através da produção de conhecimentos sobre a realidade em estudo; “objectivos de inovação”, mediante a introdução de transformações numa determinada situação com o propósito de dar soluções a problemas; e “objectivos de formação de competências”, com o desenvolvimento de um processo de aprendizagem social, envolvendo todos os participantes (ESTEVES, A. J. 1990, 271). No caso concreto desta pesquisa, os seus objectivos ligam-se privilegiadamente a este terceiro tipo. A explicação prende-se com o facto de nela se ter ensaiado a aplicação de um conjunto de instrumentos metodológicos adequados a um exercício de avaliação processual, dirigido ao estudo das dinâmicas sociais entre actores, às suas estratégias protagonizadas e aos conteúdos por eles discutidos em reuniões de trabalho. Essas reuniões de trabalho desenrolam-se em torno de um conjunto de projectos integrados de reabilitação urbana e desenvolvimento social local, actualmente em fase de implementação pela Câmara Municipal de Lisboa e localizados nos bairros históricos centrais da cidade (Alfama, Castelo, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa).
Estes projectos assumem um carácter piloto de intervenção integrada que se esperam vir a constituir pólos dinamizadores dos respectivos bairros. Correspondem à materialização e ao aprofundamento do próprio processo reabilitador, já que procuram enquadrar, numa perspectiva global, um conjunto de acções e meios diversificados, utilizados até ao momento de forma sectorial no interior da organização camarária. Propõe-se que tais projectos abarquem intervenções no edificado habitacional, na estrutura comercial, industrial e serviços existentes nos mesmos bairros, por forma a que os mesmos imprimam um efeito mobilizador e multiplicador de acções e vontades concertadas entre todos os agentes envolvidos, tendentes à efectiva reabilitação integrada e desenvolvimento social local das respectivas áreas a que se reportam.
A constituição destes projectos integrados proporcionou a criação de grupos de trabalho específicos denominados grupos de pilotagem, envolvendo à mesma mesa de negociações políticos (municipais e locais), técnicos de vários serviços da Câmara Municipal e interlocutores e grupos de interesse das comunidades locais. Funcionam como fóruns de reflexão e concertação, de dinamização, de acompanhamento e avaliação dos projectos integrados. As suas reuniões periódicas constituíram o objecto central a partir do qual se desencadeou parte da avaliação de todo o processo. Ao privilegiarmos nesta pesquisa a dimensão relacional dos actores sociais envolvidos, acompanhando-os, observando-os e analisando os conteúdos discutidos (problemas, soluções, críticas, dúvidas e expectativas), as dinâmicas relacionais (reposicionamentos de actores no processo), bem como as suas estratégias de actuação, procurou-se chegar a uma síntese avaliativa da dinâmica geral do processo.
O ponto de partida que levou a associar o desenvolvimento de uma investigação-acção a um exercício de avaliação processual, num contexto específico como é a reabilitação urbana, prende-se com a constatação que alguns autores fazem a propósito da inexistência de sistemas de avaliação (económica, social e política) das intervenções da reabilitação urbana desencadeadas até ao momento. Ressalta daqui a percepção de um hiato entre o plano dos princípios ou declarações, que se programam para a reabilitação urbana, e o plano prático, onde continua a observar-se a ausência

de “modos de análise, de decisão e de acção suficientemente informados, no concreto, acerca das circunstâncias, mecanismos e efeitos sociais da intervenção. É um défice — simultaneamente conceptual, metodológico e prático — que importa superar” (COSTA, A. Firmino e GUERREIRO, Mª. Dores, 1993, 771).[4]

A avaliação processual: Instrumentos, procedimentos e resultados

O contributo de ordem metodológica que se pretendeu alcançar nesta pesquisa vai ao encontro da tentativa se superação de parte deste “défice”, precisamente com o desenvolvimento de um exercício de avaliação processual.
Por avaliação processual e de acordo com COSTA, A. Firmino e GUERREIRO, Mª. Dores (idem, 774-775) entendemos um tipo de avaliação que, ao invés de dar apenas conta do “desvio entre objectivos predefinidos e resultados finais (que em todo o caso não omite dos seus protocolos), visa dotar o processo de reabilitação de um dispositivo de auto-regulação alargada, tendo em conta os diversos tipos de actores implicados e o conjunto de variáveis pertinentes, a nível interno e externo”.
Ainda segundo os mesmos autores, a avaliação processual tem como principais finalidades: “dotar o sistema (instituições, contextos e actores) de capacidades de aprendizagem sobre si próprio e sobre o processo; melhorar a qualidade das decisões; potenciar a participação dos vários actores sociais implicados.” A sua eficácia, em termos de resultados e utilização, necessita da sua implementação tão cedo quanto possível “de modo que possa funcionar ao longo do processo e informá-lo desde as suas fases iniciais (...) Através dela, procura-se uma relação mutuamente potenciadora entre participação democrática e eficácia técnica e de gestão, em vez de um jogo de soma nula, como é frequente nas concepções tecnoburocráticas” (Idem, ibidem).[5]
Um dispositivo de avaliação como o que aqui é descrito tem por finalidade essencial ajudar os intervenientes nos processos de reabilitação urbana a realizarem balanços das acções desenvolvidas (incluindo aqui as condições, os processos e os efeitos das mesmas acções) por forma a difundir, junto dos mesmos intervenientes, a aprendizagem que é possível obter a partir das suas opiniões cruzadas, bem como, da análise e reflexão das experiências que os mesmos vão tendo ao longo do desenrolar do próprio processo de reabilitação no seu conjunto.
A materialização deste exercício de avaliação obrigou à elaboração de alguns instrumentos metodológicos de recolha, sistematização e análise de informações. A construção destes instrumentos não se processou se forma ocasional e arbitrária. Desenvolveu-se ao longo do acompanhamento do processo em estudo e em estreita colaboração com o CEEPIA (Círculo de Elaboração Experimental de Procedimentos e Instrumentos de Avaliação) — inicialmente um grupo de técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, com formação em sociologia, depois institucionalmente reconhecido pela vereação responsável pela reabilitação urbana e pelos serviços centrais da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana. A elaboração destes instrumentos obedeceu a critérios teóricos e a uma organização metodológica, inspirados em investigações semelhantes, realizadas noutros contextos de intervenção. O seu preenchimento procura o rigor e a exaustividade de conteúdos (tanto quanto possível), registando, confrontando e associando sempre informações de índole qualitativa e quantitativa.
Esses instrumentos de avaliação podem ser agregados em duas categorias:
a) para aplicação em cada reunião de trabalho;
b) para aplicação após ciclos de reuniões de trabalho.
O primeiro conjunto possibilita uma leitura atenta e pormenorizada dos conteúdos debatidos (problemas levantados, propostas de solução sugeridas, críticas e apoios manifestados, dúvidas, comentários e expectativas construídas) em determinados momentos do processo. É o caso dos instrumentos: Acta-Síntese (A-S), Matriz Actores e Intervenções (MAI), Tabela de Problemas e Propostas de Solução (TPP) e Matriz Actores x Problemas x Posições (MAPP); os instrumentos da segunda categoria fornecem uma leitura diacrónica, a longo prazo, acerca das dinâmicas de grupo e das estratégias protagonizadas pelos actores sociais envolvidos. É o caso das Cronologias, do Mapa de Evolução de Problemas e Propostas de Solução, da Matriz Dinâmica Geral do Processo e do Gráfico Final de Pertinências.
A importância destes instrumentos de avaliação consubstancia-se na criação de uma base de informação sistematizada e acumulável sobre os processos em estudo, na difusão de balanços analíticos das reuniões junto dos actores envolvidos, na contribuição para uma aprendizagem conjunta e eventual ajustamento recíproco dos actores sociais implicados, melhorando, assim, as suas decisões e acções a executar nos processos de reabilitação urbana e desenvolvimento social local.
Contudo, a implementação e utilização contínua destes instrumentos deverá ser no início processada de forma: leve, para não sobrecarregar os serviços e os técnicos, justificando-se enquanto possa prevenir problemas, economizar esforços, optimizar procedimentos e reduzir o desgaste produzido

por sentimentos de insatisfação, quer por parte de técnicos, quer por parte dos destinatários das intervenções (as populações); participada, sobretudo por técnicos, facilitando a construção dos instrumentos (tal como ocorreu no âmbito do CEEPIA) e a afinação de procedimentos adequados às necessidades das operações de reabilitação; gradual, apoiada inicialmente na aplicação e aperfeiçoamento de dispositivos de avaliação, de maneira a potenciar esforços e saberes e não cair em formalismos tecnocráticos que pesem sobre a estrutura organizacional.
Do conjunto dos instrumentos de avaliação elaborados no decorrer da pesquisa, apresentam-se apenas quatro: um para aplicação em cada reunião de trabalho de forma contínua (Acta-Síntese); três para aplicação após ciclos de reuniões e intervalos de tempo alargados (Cronologia, Mapa de Evolução de Problemas e Propostas de Solução e o Gráfico Final de Pertinências).
A informação recolhida e analisada mediante estes instrumentos de avaliação possibilitou a detecção de algumas dinâmicas e estratégias de actuação, por parte dos actores implicados, importantes de registar e ter em conta para a compreensão e a condução dos projectos integrados de reabilitação urbana e desenvolvimento social local. Com base num exemplo de uma reunião do grupo de pilotagem do projecto integrado Teatro Taborda/Quinta do Coléginho (situado no bairro da Mouraria em Lisboa), percorrem-se aqueles quatro instrumentos de avaliação e demonstram-se as respectivas leituras.

a) Para aplicação em cada reunião de trabalho

Acta-Síntese

A função essencial deste instrumento é fornecer aos actores envolvidos nos processos informação sintetizada e analisada sobre os conteúdos, dinâmicas e estratégias ocorridas nas reuniões em que os mesmos participam. O seu preenchimento obriga a um tratamento analítico e objectivo dos diálogos produzidos; a uma responsabilidade acrescida no seu preenchimento; e ao domínio dos fundamentos teóricos e regras metodológicas necessárias à sua posterior compreensão.
Apresenta-se em seguida o modelo concebido.

1— *Sumário da reunião*
Pontos principais da reunião a serem recordados na reunião seguinte.

2 — *Preparação e enquadramento da reunião*
2.1 — Objectivos da reunião;
2.2 — Responsáveis pela convocação e forma de divulgação;
2.3 — Público-alvo;
2.4 — Local da reunião;

3 — *A reunião*
3.1 — Presenças assinaladas;
3.2 — Ausentes (convocados);
3.3 — Apresentação da reunião / Ponto da Situação (apresentação sumária dos conteúdos de abertura da reunião);
3.4 — Número de intervenções por actores presentes; (entende-se por “intervenção” sempre que cada actor acrescenta um dado novo e relevante ao assunto em discussão);
3.5 — Conteúdos discutidos e tipos de intervenções;
3.5.1 — Problemas / Questões
3.5.2 — Propostas de Solução
3.5.2 a) — acções previstas (apresentadas em geral pelo gestor de projecto)
3.5.2 b) — sugestões / alternativas
3.5.3 — Críticas
3.5.4 — Apoios
3.5.5 — Dúvidas / Comentários / Expectativas
3.6 — Debate e sua Dinâmica;
3.6.1 — Nível de participação evidenciado
— intervenções relacionadas com preocupações de interesse colectivo
— intervenções relacionadas com preocupações individuais
3.6.2 — Assuntos de maior referência
3.6.3 — Temas que suscitaram consenso
3.6.4 — Temas que suscitaram controvérsia
3.6.5 — Convergências e divergências de posições

4 — *Balanço da reunião*
4.1 — Eficácia da reunião (grau de concretização dos objectivos);

4.2 — Conteúdos relevantes;
4.3 — Dinâmicas observadas;
4.4 — Linhas de acção definidas;
4.5 — Questões pendentes;
4.6 — Recomendações práticas (quando tal se justifique);

b) Para aplicação após ciclos de reuniões

Cronologia

Constitui um instrumento de avaliação processual que proporciona uma visão sequencial e cronológica da evolução do processo em estudo. No exemplo apresentado é descrita uma imagem global de um conjunto de factos, momentos, acções, finalidades e meios a ele associados. A sua vantagem analítica reside essencialmente na possibilidade que oferece em identificar fases de aprofundamento (ou não) de certos pontos, acções, negociações e outros momentos, os quais constituem, no conjunto, a memória do processo.

Cronologia geral do processo

Data	Descrição
Meados anos 80	— Movimentos de opinião com origem nos bairros populares (Alfama), chamando a atenção da Opinião Pública, da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e do Governo para a degradação habitacional, social e cultural do núcleo histórico da cidade.
“ “	— Resposta da CML — criação de dois Gabinetes Técnicos Locais (G.T.Ls.) em Alfama e Mouraria / criação das Áreas Críticas de recuperação e reconversão urbanística.
Início anos 90	— Mudança de liderança da CML / alterações na Administração Local.
“ “	— Alargamento das áreas de intervenção da R.U. (e criação de mais GTLs) ao longo da Encosta do Castelo, Bairro Alto, Madragoa, e zonas periféricas de Lisboa (onde outrora existiam aldeias entretanto absorvidas pelo desenvolvimento urbano e industrial do último século).
22 / Fevereiro / 90	— Criação da DMRU (Direcção Municipal de Reabilitação Urbana) — Proposta nº33/90, Assembleia Municipal.
1 / Abril / 92	— Aprovação da microestrutura que incluía a criação de dois Departamentos de âmbito geográfico: um para a Colina do Castelo; outro para os restantes núcleos históricos, enquadrando o trabalho de oito Gabinetes Técnicos Locais — Proposta nº 98/92.
Verão de 94	— Mudança de Vereador do Pelouro da Reabilitação Urbana da CML / Realização de uma avaliação do processo de reabilitação concretizado até à data / constatação de deficiências organizacionais e estratégicas.
Verão de 94	— Primeiros artigos na imprensa sobre a nova política de reabilitação urbana encetada pela actual vereação.
“ “	— Início dos pedidos e negociações sobre o PERU (Plano de Emergência para a Reabilitação Urbana).
30 / Setembro / 94	— Reunião de Reflexão — Balanço e Prioridades, convocada pelo Vereador do Pelouro da Reabilitação Urbana.
18 / Outubro / 94	— Convocatória dirigida a todos os funcionários da DMRU para discussão da proposta de reestruturação dos Serviços.

20 / Outubro / 94	— Reestruturação da DMRU (Deliberação nº 89/AM/94 e Deliberação nº 365/CM/94).
26 / Outubro de 94	— Início das reuniões dos Grupos de Pilotagem dos Projectos Integrados com carácter regular (primeiro ciclo de reuniões).
9 / Dezembro / 94	— Data da primeira Sessão Pública de uma série de outras ocorridas nos bairros históricos (com início na freguesia do Castelo).
14 / Dezembro / 94	— Reunião na DMRU sobre Sistema de Avaliação: seus objectivos e metodologias.
Janeiro de 95	— Criação do CEEPIA (Círculo de Elaboração Experimental de Procedimentos e Instrumentos de Avaliação).
Fever. e Março / 95	— Segundo ciclo de reuniões de Grupos de Pilotagem dos Projectos Integrados.
Abril e Maio / 95	— Trabalho desenvolvido internamentre aos serviços municipais e implementação de algumas acções no terreno (nomeadamente a apresentação do P.I. do Castelo à Secretaria de Estado do Turismo).
Junho de 95	— Realização das Festas de Lisboa 95, com várias actividades e iniciativas directamente relacionadas e localizadas nas áreas dos P.I(s).
5 e 6 / Junho / 95	— Debate no Teatro Taborda (já recuperado) com patrocinadores e empresas privadas sobre as potencialidades e contrapartidas de investimento na reabilitação dos bairros históricos.
26 / Junho / 95	— Reunião interna dos Serviços, convocada pela DPIAE, para avaliação dos trabalhos no âmbito dos P.I(s).
Junho e Julho / 95	— Terceiro ciclo de reuniões dos Grupos de Pilotagem dos Projectos Integrados.
14 / Jullho / 95	— Aprovação da EBAHL, EP — empresa municipal para gerir os equipamentos dos P.I(s).
17 / Julho / 95	— Reunião na DMRU entre elementos do CEEPIA e a Equipa Central de Avaliação para definição de modelos de trabalho e metodologias de avaliação futuras

Mapa de evolução de problemas e propostas de solução

Este outro instrumento de avaliação possibilita a detecção dos problemas cuja resolução se vai arrastando de reunião em reunião. Simultaneamente, permite visualizar quais os problemas que, em cada reunião em particular, são alvo de maior número de propostas de solução e mais insistentemente debatidos.

Mapa de evolução de problemas e propostas de solução

P.I. Teatro Taborda/Quinta do Coléginho

Reunião preparação	Reunião Nº 1	Reunião Nº 2	Reunião Nº 3
1 - Viabilização Económica do P.I.	1 -Teatro Taborda(modelo de gestão). *	1 - Teatro Taborda.	1 - Obras, aquisições, realojamentos. *
2 - Teatro Taborda (que utilização?) *	2 - Viabilização financeira do P.I.	2 - Prática desportiva do bairro. *	2 - Circulação / estacion.*

3 - Reactivar Colectividades locais	3 - Parque de Estacionam.	3 - Parque Estacionam.*	3 - Prática desportiva do bairro.
	4 - Vertente habitacional	4 - Acessos ao parque. *	4 -Condicionamentos organizacionais.
	5 - Prática desportiva do bairro	5 - Gestão dos equipamen. sociais.	5 - Teatro Taborda.

* - Corresponde a problemas/questões mais insistentemente debatidos e de maior referência em cada reunião do G.P.

- As células assinaladas a "bold" e a "*itálico*" correspondem aos Problemas/Questões face às quais se verificaram maior nº de soluções/sugestões de resposta.

Exemplificando o tipo de leitura possível de realizar a partir deste instrumento de avaliação, dir-se-ia que o mapa apresentado demonstra a presença de um conjunto de problemas/questões praticamente presentes em todas as reuniões, embora com níveis de discussão diferenciados. Sublinhe-se, por exemplo, que a questão relativa ao Teatro Taborda (desde os moldes da sua utilização até à definição da multifuncionalidade que se pretende para este equipamento) constitui um dos assuntos de referência em todas as reuniões, o que é demonstrativo da centralidade deste equipamento no conjunto do projecto integrado, muito embora a sua permanente referência possa ser sintomático do constante adiamento de soluções. É mesmo um dos problemas mais debatidos na reunião de preparação e na primeira reunião do grupo de pilotagem. Tanto a questão relativa à prática desportiva no bairro, como o problema dos acessos e do parque de estacionamento, vão ganhando progressiva importância, concretamente a partir da primeira reunião do grupo de pilotagem, prolongando-se depois nas segunda e terceira reuniões, desta feita enquanto problemas mais debatidos.
Uma outra leitura possível, dirigida ao conjunto de propostas de solução apontadas em todas as reuniões, mostra que, genericamente, estas tendem a sobrepor-se aos problemas/questões mais debatidas. O mesmo mapa demonstra uma maior incidência de sugestões direccionadas para a questão relativa às funções e gestão do Teatro Taborda (reunião de preparação e reuniões 1 e 2 do grupo de pilotagem); depois, para a questão dos acessos/circulação/estacionamento (reuniões 1, 2 e 3 do grupo de pilotagem); a prática desportiva do bairro (segunda reunião do grupo de pilotagem); e a questão das obras/aquisições/realojamentos (última reunião).

Gráfico final de pertinências

A configuração do conteúdo deste outro instrumento de avaliação corresponde ainda a uma fase inicial da implementação do projecto integrado Teatro Taborda/Quinta do Coléginho. Este dado é importante para a leitura e compreensão do gráfico, uma vez que no quadrante relativo às acções já concluídas ou ainda em curso (quadrante B), os pontos aí constantes reportam-se a questões do âmbito do planeamento, situando-se no quadrante A (relativo às acções em fase embrionária de execução) o grosso das propostas de intervenção previstas neste projecto integrado.
Em termos de consequências possíveis, a leitura do gráfico final de pertinências aponta para uma situação que pode ser caracterizada do seguinte modo: a manter-se o quadrante B apenas preenchido com questões relativas às fases de preparação e planeamento das acções e objectivos a atingir, sem conter referências a acções já concretizadas na área sob intervenção do projecto integrado, tal poderá gerar efeitos negativos para a dinâmica geral do processo. Isto é, ao conjunto de acções planeadas pelas equipas técnicas pode não corresponder uma efectiva materialização das mesmas acções no terreno. A continuidade desta situação poderá resultar no bloqueamento do processo e no correspondente crescimento de expectativas negativas e insatisfações, quer por parte dos técnicos envolvidos no projecto, quer por parte dos destinatários — a população local. Outras medidas deverão então ser objecto de reflexão por forma a inverter a tendência que parece desenhar-se.

Gráfico Final de Pertinências

NÍVEL DE IMPORTÂNCIA
PARA O BAIRRO

FORTE	A Elaboração do modelo de funcionamento / gestão do Teatro (DPIAE) Preparação da hasta pública (DPIAE) Começar com trabalhos na área envolvente (Vereador) Interligar as partes alta e baixa da Mouraria (DPIAE) Resultados do estudo de impacto visual (DPIAE) Integrar resultados do estudo de estacionamento no P.I. (DMRU/EC) Passagem da operação integrada para a iniciativa privada de forma equilibrada (DMRU/EC)	Teatro Taborda em funcionamento / recuperar proximidade com população (Vereador; DPIAE))	B Programa de intervenção para P.I. (DPIAE; GLM) Finalização da empreitada do T. Taborda / inauguração durante as Festas de Lx. (DPIAE; GLM)
FRACA	C Inclusão no P.I. de um centro de acolhimento para a Terceira Idade. (Vereador; DMRU/EC)		D
	ATRASADO	EM CURSO	CONCLUIDO

NÍVEL PRÁTICO DE EXECUÇÃO

FONTE: Observação / acompanhamento dos trabalhos, Matriz Dinâmica Geral do Processo (D G P) / prioridades desejáveis de concretização e Reunião de Avaliação.

NOTA: DPIAE=Divisão de Projectos Integrados e Acções Especiais; DMRU/EC=Direcção Municipal de Reabilitação Urbana / Estrutura Central; G.L.M. =Gabinete Local da Mouraria

Estes instrumentos de avaliação aqui sumariamente apresentados possibilitam diferentes tipos de leituras.[6] No entanto, o objectivo final é sempre o mesmo: contribuir para a regulação do processo; informar os actores sociais nele envolvidos; melhorar as suas capacidades de acção e constituir uma base de informação analisada e acumulável sobre os processos de reabilitação urbana. A implementação de um sistema de avaliação que integre estes vários instrumentos metodológicos, possibilitando a continuidade da sua aplicação e aperfeiçoamento, contribuirá por certo para a sedimentação de práticas de avaliação processual como a que foi realizada. Trabalhos posteriores no domínio da avaliação processual, dirigida a processos de reabilitação urbana e desenvolvimento social local, beneficiarão do efeito demonstrativo que se tentou imprimir nesta pesquisa, que não foi mais do que um exemplo possível, entre outros, das vantagens que se podem retirar de práticas de investigação-acção, que produzam, simultaneamente, conhecimentos tanto no plano científico-cognitivo, como no plano prático-interventivo.

Referências Bibliográficas

AA.VV., 1992, *Código Deontológico*, Lisboa, APS.

BOURDIEU, Pierre, 1980, *Le Sens Pratique*, Paris, Les Editions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre, 1989, *O Poder Simbólico*, Colecção Memória e Sociedade, Lisboa, DIFEL.

BOURDIEU, Pierre e LOÏC, J. D. Wacquant , 1992, *Réponses*, Paris, Editions du Seuil.

CAETANO, António, 1994, "Anatomia de uma Decisão Estratégica numa Organização Científica", in JESUINO, Jorge Correia (coord) et al., *Processos de Decisão em Centros de Investigação*, Relatório Final, Lisboa, CIES/ISCTE.

CALADO, Maria, 1991, "Os Estudos Históricos no Contexto da Reabilitação Urbana", in *Sociedade & Território*, nº 14/15, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.

CAPUCHA, Luís M. A., 1992, *Problemas da Pobreza: conceitos, contextos e modos de vida*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa, ISCTE.

COSTA, A. Firmino e RIBEIRO, Manuel João, 1989, "Construção Social de um Objecto de Reabilitação – Notas sobre o caso de Alfama", in *Sociedade & Território*, nº 10/11, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.

COSTA, A. Firmino, 1992, *Sociologia*, Col. O que é, Lisboa, Difusão Cultural.

COSTA, A. Firmino e GUERREIRO, Maria Dores, 1993, "Avaliação dos Impactos Sociais da Reabilitação Urbana", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do IIº Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.

COSTA, A. Firmino, 1994, "La Rehabilitation Urbaine: Intervention Technique et Processus Social – recherche-action dans les quartier d´Alfama à Lisbonne", comunicação apresentada ao Congresso Quartiers en Crise, Lyon, Setembro/94.

DPIAE, (Divisão de Projectos Integrados e Acções Especiais), 1994, «Que lugar para o "Grupo de Pilotagem" no Projecto Especial "Recinto da Praia"», 2ª versão.

ELIAS, Norbert, 1989, *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, Vol. I, (1ª ed 1939).

ESTEVES, A. Joaquim, 1990 (1986), "A Investigação-Acção", in SILVA, A. Santos, PINTO, J. Madureira (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.

FERREIRA, V. Matias e CRAVEIRO, Maria Teresa, 1989, "Reabilitar ou Requalificar a Cidade?", in *Sociedade & Território*, nº 10/11, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.

FONSECA, Ana, 1991, "Alfama e Mouradia: as teias da reabilitação", in *Sociedade & Território*, nº 14/15, Dezembro, Porto, Edições Afrontamento.

GARCIA, Orlando, 1990, "«Solavancos nos Entroncamentos». Uma Sociologia de Intervenção nas Práticas Sócio-Culturais do Desenvolvimento Regional", in A *Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do Iº Congresso Português de Sociologia, Vol. II, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.

GARCIA, Orlando, 1994, "O Grilo do Pinóquio – intrigas e enredos na sociologia de projecto", in *Dinâmicas Locais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, APS.

GIDDENS, Anthony, 1992, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

GODET, Michel, 1993, *Manual de Prospectiva Estratégica. Da Antecipação à Acção*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

JACQUIER, Claude et al., 1993, *Quartiers en Crise, Laboratoires de la Citoyenneté Européenne*?, Comission des Communautées, Direction Générale XVI - Politiques Régionales, Rapport Final, Bruxelles, Decembre.

S/a, 1994, "Les Relations entre la Recherche et la Pratique dans le Cadre des Approches Integrées de Developpement Urbain en Europe", Association Quartiers en Crise, Séminaire Européen de Recherche, Lyon, Septembre.

SILVA, A. Santos, 1988, "Produto Nacional Vivo: uma cultura para o desenvolvimento", in A.A.V.V., *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, SEDES.

SILVA, A. Santos, 1993, "A Contribuição da Sociologia para Programas de Desenvolvimento", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do IIº Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos.

SILVA, A. Santos, 1994, "O que é o Desenvolvimento Integrado? Uma reflexão com ilustração empírica", in *Dinâmicas Locais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa, APS.

TOSCANO, M. Fátima C., 1990, "A Sociologia, Prática de Investigação e Acção", in *Experiência e Papeis Profissionais de Sociólogos*, Lisboa, APS.

TOURAINE, Alain, 1978, *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil.

VILAÇA, Eduardo e Guerra, Isabel, 1994, "Os Actores Sociais e a Degradação do Parque Habitacional em Lisboa", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 15, Março, Lisboa, CIES/ISCTE.

WHYTE, William Foote, 1984, *Learning From The Field*, A guide from experience, Beverly Hills, Sage Publications.

---

[1] Este texto enquadra-se no âmbito de uma investigação académica para conclusão da licenciatura em Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, tendo-se desenrolado num contexto organizacional específico: a Direcção Municipal de

Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, entre Outubro de 1994 e Julho de 1995.

[2] A análise dos processos sociais afigura-se sobretudo desde o trabalho de Norbert Elias — O Processo Civilizacional, 1989 (1ª edição 1939) — como um domínio de análise pertinentemente sociológico, não tendo merecido contudo muita atenção por parte dos sociólogos, talvez preocupados com o desenvolvimento de sociologias mais temáticas (estruturais), embora também estas importantes do ponto de vista das fontes de referência teórica e metodológica.

[3] A noção aqui apresentada de processos sociais parte do princípio de que a sociologia não se deve resumir ao estudo das condições sociais em que emergem os fenómenos sociais, nem ao sentido com que os intervenientes os vivem. Como refere A. Firmino da Costa (1992, 17): — "É ainda essencial na perspectiva da sociologia, descrever e analisar os processos sociais eles próprios. E procurar identificar as dinâmicas, mecanismos ou lógicas sociais típicas segundo as quais esses processos sociais decorrem e que lhes dão forma social caracterizável."

[4] A invocação de contextos de actuação onde faça sentido introduzir práticas de avaliação processual como é o da reabilitação urbana, afigura-se como um objecto de análise onde a sociologia pode dar alguns contributos e constituir, inclusivamente, "um importante domínio de análise científica e intervenção profissional dos sociólogos" (COSTA, A. Firmino e GUERREIRO, Mª. Dores, 1993, 772), sobretudo se forem acompanhados de "uma formação sociológica actualizada" (SILVA, A. Santos, 1993, 90).

[5] Também outros autores têm reflectido sobre este vector lacunar no curso dos processos sociais de reabilitação urbana, nomeadamente no aspecto que se relaciona com "a criação de condições do município para a eficácia da intervenção (da concepção à avaliação), para assegurar a continuidade de gestão e, sobretudo, para assegurar a negociação com outras instituições e agentes dos objectivos e financiamentos da operação" (VILAÇA, Eduardo e GUERRA, Isabel, 1994, p. 83).

[6] O carácter inovador destes instrumentos, enquanto componentes de uma proposta metodológica para avaliação processual de projectos, pode gerar no entanto alguma relutância no reconhecimento da sua pertinência e exequibilidade fora dos contextos científicos académicos. Tal situação não é contudo surpreendente, uma vez que, de acordo com alguns autores, os instrumentos padronizados de recolha de informação se revelam muitas vezes insuficientes, sobretudo em situações e contextos sociais de intervenção onde as linhas teóricas relacionadas com o tema da reflexividade social e análise de processos não são acompanhadas, ao mesmo ritmo, pela concepção de novas metodologias e técnicas de pesquisa, diferentes das habitualmente referidas nos manuais de investigação. Para uma leitura mais pormenorizada acerca das potencialidades deste tipo de instrumentos, consultar GODET, Michel, (1993) e BOURDIEU, Pierre (1980).